

adotará Programa Austral

Rosental Calmon Alves
Correspondente

Montevideu — O ministro Dilson Funaro explicou ontem que o governo não pretende impor nenhum plano contra a inflação no Brasil, mas adotará uma série de medidas para quebrar a "inércia inflacionária", com base em consultas aos diversos setores da sociedade. Ao mencionar diferentes hipóteses de trabalho, Funaro rejeitou qualquer programa semelhante ao Plano Austral argentino ou a uma simples desindexação da economia, mas exemplificou que, se durante apenas 10 ou 15 dias, houvesse um congelamento de preços e salários, a taxa da inflação já cairia bastante.

Insistiu o ministro em que não haverá programa antiinflacionário através de decretos-leis ou de qualquer outra via que não seja baseada em consultas aos diversos segmentos da sociedade, aos quais ele começará nos próximos dias a expor a situação e dos quais espera receber sugestões. Numa conversa com um grupo de repórteres brasileiros, o ministro mencionou não somente o programa argentino, mas também as medidas antiinflacionárias adotadas por Israel, que, no entanto, não tiveram o êxito do Austral.

No caso de Israel, Funaro explicou que o programa não teve o êxito esperado porque o governo cedeu a pressões para modificar a taxa de câmbio. "Nesses casos, quando se optar por um caminho para conter a inflação, é preciso mantê-lo até o final, pois qualquer modificação pode pôr tudo a perder", concluiu o ministro.

Quanto ao Plano Austral, Funaro comentou que teve oportunidade de analisar a situação argentina com o ministro Juan Sourrouille, durante o fim de semana, quando os chanceleres e ministros da Fazenda do Brasil, da Argentina e México estiveram reunidos, a 400 quilômetros de Buenos Aires. Sua principal conclusão é a de que a Argentina pôde adotar esse programa (baseado no congelamento de preços e salários, além da interrupção da emissão monetária) porque a economia vinha decrescendo e já estava sob uma aguda recessão.

No Brasil, a situação é inversa. O país vem crescendo e uma desindexação brusca, como a do Austral, causaria sérios danos a muitos setores, a começar pelo financeiro, e teria um efeito altamente recessivo. Além disso, se o Brasil adotasse reajustes mensais de salários, como havia na Argentina, já no primeiro mês desse sistema, a inflação mensal saltaria para um patamar de 30% a 35%.

O ministro evitou, durante toda a entrevista, qualquer referência à palavra "desindexação" ou à expressão "pacto social", preferindo sempre falar de um clima de amplo entendimento nacional, do qual a sociedade participe diretamente.

— Temos de saber o que a sociedade está disposta a fazer e é justamente isso que vou buscar nos contatos que terei nos próximos dias — disse o ministro Dilson Funaro, acrescentando que pensava iniciar essas consultas na sexta-feira desta semana, mas terá de deixar para a semana que vem, pois a reunião de Montevideu só terminará quarta-feira e não na terça, como se pensava. Na quarta mesmo, Funaro viaja para Brasília.

“Plano Baker não interessa ao país”

Montevideu — (do correspondente) — O Brasil não tem qualquer interesse de participar do programa oferecido pelos Estados Unidos para ajudar os países mais endividados, afirmou o ministro Dilson Funaro, referindo-se ao Plano Baker, que prevê novos empréstimos de 47 bilhões de dólares (20 bilhões de dólares por parte dos bancos comerciais) aos devedores.

Segundo Funaro, o Plano Baker “só serve para resolver o fluxo de caixa de alguns países e, por enquanto, o Brasil não pediu nada e nas conversas com o secretário de Tesouro dos EUA temos falado apenas sobre a situação atual”.

Repetindo quase literalmente as palavras dos ministros argentinos, Funaro reclamou que não há no Plano Baker referência alguma aos problemas básicos da questão da dívida externa, a começar pelas taxas de juros e pelas diferenças de condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países que se candidataram a esse programa.

Retaliações

O ministro desmentiu que os pequenos bancos norte-americanos tenham feito saques de mais de 100 milhões de dólares no mercado interbancário, mas disse que existe em ação “um sistema de pressão normal” dos credores que querem receber os empréstimos da Resolução 63 feitos pelo Comind e pelo Auxiliar. “O problema é que nossa legislação não permite isso”, afirmou Funaro.

Sobre a possibilidade de retaliações dos bancos comerciais estrangeiros no caso de o Brasil não renovar o acordo provisório de curto prazo na dívida externa — a data limite para isso é 17 de janeiro —, o ministro da Fazenda comentou que não acredita em medidas do tipo corte de linha de crédito comercial, pois as consequências de iniciativas desse tipo seriam bastante graves para os dois lados. “Se os bancos cortarem nossos créditos para exportação, não haverá superávit na balança comercial e não teremos nem como pagar os juros. Eles não vão querer isso”, afirmou o ministro.

Os dois lados “vão arrumar uma forma de conviver, pois são inteligentes o suficiente”, acrescentou Funaro, assegurando que as conversações para renovação antes de 17 de janeiro estão bem adiantadas, com vistas a um acordo de prorrogação por um, dois ou três anos no máximo.

— Acordos de longo prazo sem monitoramento do Fundo Monetário Internacional não são aceitos pelos bancos, mas também não nos interessam. Não estamos preocupados com o tempo, e, além disso, pode surgir algo novo que nos favoreça, como apareceu agora o Plano Baker — disse Funaro.